



Agir em práticas profissionais: uma focalização agentiva

Rosalice Botelho Wakim Souza Pintoⁱ

(Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa)

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar aspectos linguístico-textuais relevantes para a caracterização de alguns textos que circulam em diferentes práticas profissionais. A partir de subsídios teórico-metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 1999, 2004) procurar-se-á observar, mais particularmente, de que forma os *mecanismos agentivos* nos *tipos de discursos* e o *grau de actancialidade* estão presentes nos textos. A nossa hipótese de trabalho é de que a configuração dos mesmos é fortemente distinta, em função das diferentes práticas profissionais em que os textos em análise se enquadram. O *corpus* estudado é constituído por excertos de documentos extraídos de atividades sociais distintas: um anúncio publicitário (atividade de beneficência) e uma petição inicial (atividade jurídica). A partir de algumas reflexões, poderemos fornecer 'pistas' interessantes para a produção de textos em contextos profissionais.

Palavras-Chave: Agir, prática profissional, mecanismos agentivos, Interacionismo Sociodiscursivo, tipos de discurso

Abstract: This paper aims at analysing text-linguistic aspects which are important for the description of texts circulating in various professional practices. Through theoretical-methodological aspects from the Socio-discursive Interactionism (BRONCKART, 1999), our goal is to observe, in particular, how the *agentive mechanisms* in the *types of discourse* and the *actancial degree* are present in the texts. Our hypothesis is that the configuration of these aspects is extremely distinct according to professional practices within which these texts are inserted. The corpus under study is made up of documents from different social activities: an advertisement (benevolent activity) and an initial proceeding (juridical activity). Based on some reflections, we will be able to present some interesting hints for the production of texts within professional contexts.

Keywords: Acting, professional practice, agentive mechanisms, Socio-discursive Interactionism, types of discourse

1. Introdução

Como salienta Filliettaz (2004, p.10), as produções linguageiras atestadas em contextos profissionais levam a uma complexificação das relações estabelecidas entre a própria *ação humana* e o *contexto situacional* em que ocorrem. E é em função desta realidade que, de certa forma, pode-se mencionar a existência de uma “viragem accional” (Filliettaz, 2002) no estudo dos textos/dos discursos. Este paradigma atual nos estudos linguísticos vem sendo acompanhado, de um lado, com o desenvolvimento de estudos teóricos sobre várias categorias como a de *gênero de texto/discurso* – (COUTINHO *et al.*,2009) - e, do outro, com o importante desenvolvimento de estudos empíricos consagrados a discursos profissionais ou institucionais – (GOUVEIA *et al.*,2004, e BRONCKART *et al.*,2004).

Considerando-se, à semelhança de Bronckart, que todo texto é uma *unidade comunicativa global* e é o *produto* de uma *ação de linguagem* situada em determinado contexto de produção (físico e sociosubjetivo), refletiremos aqui sobre a interferência de questões praxiológicas na semiotização de textos, inseridos em atividades sociais/práticas profissionais distintas. Contudo, centrar-nos-emos, em particular, a observar de que forma a *marcação agentiva*, instaurada em textos inseridos no *agir* jurídico e de beneficência, pode vir a ser constrangida em função das *ações* individuais/coletivas das instâncias de produção.

Evidentemente, como os termos *ação* e *agir* são fundamentais e apresentam certa flutuação terminológica, passaremos, a seguir, a expor como serão definidos neste trabalho¹.

O conceito de *ação*, enquanto *forma interpretativa imputada a determinado indivíduo*, em constante reatualização em função de suas interações com outros, quer sejam observadores internos ou externos à própria situação, como preconiza BRONCKART *et al* (2008a, 125), deve ser ampliado. Ou seja, embora não deixemos de atribuir-lhe um caráter interpretativo, por estar relacionado às *intenções*, *aos motivos*, *às capacidades dos indivíduos nela envolvidos*, devemos levar em conta a praxis. Lembremos que toda *ação* está inserida

¹ Este estudo filia-se à linha de investigação PRETEXTO (*Praxis, Conhecimento e Texto*) desenvolvida no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

em práticas sociais diversas e o seu caráter praxiológico lhe é inerente. Quanto ao termo *agir*, consideramos, à semelhança de BRONCKART *et al* (2008a, p. 120), que diz respeito à *forma de intervenção de um ou de vários seres humanos no mundo*, sendo o seu estatuto essencialmente praxiológico.

2. Opções teóricas e conceituais relevantes

Como é consensual ao grupo de trabalho em que nos inserimos, o plano de trabalho do ISD considera que o funcionamento humano geral deve integrar *dimensões cognitivas, sociais, afetivas e semióticas*. Na verdade, trata-se de um posicionamento epistemológico-político², distanciando-se da herança positivista que presumia uma segmentação bem marcada das disciplinas e subdisciplinas.

Vale salientar que, em determinado *agir* (considerado, como vimos, como *forma de intervenção de um ou mais indivíduos no mundo*), além dos conhecimentos relativos aos *mundos representados*, os indivíduos têm uma espécie de *saber prévio* construído ao longo de sua vida: conhecimentos de natureza holística, sem organização lógica, implícitos ou inconscientes, representando uma espécie de reservatório próprio de convicções e hipóteses implícitas sobre o resultado de determinado *agir*. Visto dessa forma, podemos afirmar que o *agir* é coibido por questões sociais e envolve vários aspectos: conhecimentos explícitos e implícitos, conflitos entre representações dos vários agentes relativos aos três mundos³ – HABERMAS (1987) - e confrontação entre elementos do mundo vivido com os conhecimentos formais do próprio agente. Mas quais seriam os estatutos tanto dos indivíduos implicados no *agir* quanto da linguagem neste contexto?

Dentro do contexto do ISD, todos os seres humanos que intervêm no *agir* são considerados *actantes*. No plano interpretativo, é utilizado o termo *ator*, quando as próprias configurações textuais constroem o *actante* como fonte de determinado processo, dotado

² Para uma exposição detalhada do quadro epistemológico do interacionismo sociodiscursivo – (BRONCKART, 1999, cap. I).

³ Os signos apresentam uma dimensão transindividual, veiculando representações coletivas do meio – BRONCKART (1999: 33). Estas se estruturam em configurações de conhecimento que são chamadas por Habermas (1987) de *mundos representados*. Para este autor, estes são três: o objetivo, social e subjetivo. Bronckart (1999) considerará que estes três constituem o *mundo ordinário*. Este autor estabelece uma distinção entre este último e o mundo discursivo que corresponde ao *mundo virtual* criado pela atividade de linguagem.

de *capacidades, motivos e intenções*. Ainda o termo *agente* é utilizado quando as configurações textuais não atribuem estas propriedades ao *actante*.

Ainda, através dessa abordagem teórica, as entidades linguísticas semiotizadas nos *textos* que circulam, sendo arbitrárias e convencionais, têm a propriedade não apenas de absorver representações construídas pelos indivíduos em sua relação com o mundo vivido, mas também transformá-las em representações comuns. E é neste aspecto que a linguagem assume um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos.

Vale salientar que, no quadro do ISD, a produção dos textos envolve um trabalho psicológico, praxiológico e linguístico e são os *tipos de discurso*, enquanto unidades infra-ordenadas com certa estabilidade em sua configuração linguística, que materializam esses textos. Esses *tipos de discurso* (discurso teórico, discurso interativo, narração e relato interativo) podem vir a ser reconhecidos através de determinadas formas linguísticas que os semiotizam, em função de dois tipos de ruptura: uma de ordem temporal (conjunção e disjunção) e outra de ordem actorial (implicação e autonomia)⁴.

O quadro 01 a seguir sumariza esta questão:

		Organização temporal	
		Conjunção	Disjunção
		EXPOR	CONTAR
Organização actorial	Implicação	Discurso Interativo	Relato Interativo
	Autonomia	Discurso Teórico	Narração

Quadro 1: mundos discursivos, segundo BRONCKART, 2008b, p. 71 (in COUTINHO, 2009, p. 200)

Em síntese, podemos salientar que cada mundo discursivo é identificável a partir das regularidades linguísticas que o materializam, ou seja, do *tipo de discurso* que o configura. Contudo, é importante ressaltar que determinada ocorrência pode não vir a ser

⁴ Para detalhes sobre a questão ver: BRONCKART, 1999.

por si só suficiente para a identificação de um *tipo de discurso*. Faz-se necessária, muitas vezes, a confluência de vários aspectos para a classificação de determinado tipo de discurso.

Todos os aspectos teóricos ressaltados demonstram a relevância das três vertentes analíticas preconizadas dentro do I.S.D: a praxiológica, a gnosiológica e a textual. Contudo, este trabalho, centrado na *problemática do agir*, preconiza sobretudo o primeiro e o terceiro aspectos. A nossa questão central é: de que forma questões linguístico-textuais podem vir a ser condicionadas, por determinada prática social, em um *agir específico*?

3. Questões metodológicas

Para este trabalho, foram selecionados textos que circularam em 2008, inseridos em *tipos de agir* distintos (o de beneficência e o jurídico): um anúncio publicitário, para o primeiro, e uma petição inicial, para o segundo. Esses dois exemplares foram recolhidos a partir de *corpora* mais alargados constituídos, de um lado, por anúncios publicitários produzidos para uma instituição de beneficência em Portugal – o Banco Alimentar; do outro, por petições iniciais redigidas por juristas de um escritório de advocacia de Lisboa/Portugal⁵.

Tal seleção foi realizada, considerando-se que esses exemplares constituem *elementos prototípicos* do gênero textual a que estão integrados: o anúncio publicitário e a petição inicial, respectivamente. Evidentemente, ao nos depararmos com o primeiro texto, verificamos que apresenta características que lhe são peculiares: importância da imagem, das cores, da tipografia e, ainda, a presença de marcadores linguísticos característicos da publicidade – uso do imperativo, presença de atos diretivos, dentre outros. Já no outro texto, observamos a itemização dos parágrafos, as formas de início e de fecho do documento (sempre endereçado a um Juiz de Direito e sendo assinado pelo advogado da parte que impetra a ação), o tipo de ação jurídica, o pedido veiculado, dentre outras características peculiares a este gênero textual.

Ao preconizarmos a metodologia descendente, inspirada no quadro do teórico-metodológico do ISD, teceremos, primeiramente, alguns comentários acerca da própria produção dos textos selecionados, em seguida pontuaremos os tipos de discurso e algumas

⁵ Agradecemos aqui a colaboração do escritório de advocacia Seabra, Gonçalves Ferreira, Cunha e Associados que nos forneceu as petições iniciais a serem analisadas.

marcações agentivas, neles presentes. Partimos da hipótese, como mencionado anteriormente, de que esta materialidade textual é distinta nos exemplares de texto selecionados de dois gêneros textuais distintos (anúncio publicitário e a petição inicial).

No caso específico do segundo texto, devido à repetição de algumas estruturas linguísticas (uma das características deste gênero textual), optamos por realizar, além de uma análise qualitativa, a quantificação de algumas categorias mais relevantes para o objetivo deste trabalho. Com isso, ratificamos também a relevância de alguns mecanismos agentivos típicos deste gênero textual.

Vale salientar, ainda, que por limitações espaciais, selecionamos para este trabalho alguns exemplos que se mostram mais significativos para confirmar ou mesmo refutar a nossa hipótese inicial.

4. Abordagem empírica

Enfatizando, como mencionado anteriormente, que um texto pode ser representante prototípico de determinada categoria, uma vez que apresenta características desse mesmo agrupamento (referindo-se aqui ao mesmo gênero textual), passaremos à análise dos textos: o primeiro, relacionado à atividade de beneficência e o segundo, à jurídica.

4.1. Atividade social de beneficência – anúncio publicitário



Imagem 1 – anúncio publicitário

O anúncio publicitário escolhido integra um conjunto de vários anúncios difundidos, em 2008, junto a grupos sociais distintos (universitários, público em geral) pela ONG *Banco Alimentar contra a fome*, em Portugal. Essa constitui uma associação de ajuda humanitária espalhada em vários continentes e visa acabar com o desperdício de alimentos. Para tal, realiza recolha de gêneros alimentícios em supermercados; angaria alimentos doados por várias indústrias; recebe produtos agrícolas de pequenos produtores. Enfim, são vários os segmentos da sociedade que colaboram nesta ação social.

No caso desse anúncio, trata-se de um texto endereçado ao público em geral, solicitando a todos que colaborem na campanha de doação de alimentos, em data e ano específicos.

Este texto apresenta uma *estratégia intertextual* relevante. Na verdade, uma das características desta ONG é a utilização de imagens que fazem com que o interlocutor estabeleça “ligações intertextuais” e complete os possíveis “vazios interpretativos”. Lembremos que a imagem é a de um super-herói (Super-homem), de camisa aberta. Todos temos em nossa *memória de longo prazo* a imagem do que representa esta personagem: um ser humano “comum” que se transforma em alguém especial com poderes excepcionais, em situações particulares. Isto acontece quando a ordem social é abalada. Este anúncio, com valor persuasivo agregado, é endereçado a um segmento da população que tem, em sua memória, essas lembranças. E, no caso, a imagem apresenta um papel de grande relevância na construção deste *agir de beneficência*. Para depreendê-lo, começaremos por analisar questões verbais para passarmos a aspectos da imagem – muito relevantes para esta caracterização.

Do ponto de vista dos *tipos de discurso*, observa-se que a voz do Banco Alimentar (doravante B.A.) é apresentada em trechos de Discursos Teórico e Interativo. Do ponto de vista da *organização atorial*, lembremos que pode ou não haver uma implicação de correspondência entre as instâncias agentivas da ação de linguagem e as que são verbalizadas no texto, instaurando-se assim relações de implicação ou de autonomia, em simultâneo. Vejamos os exemplos abaixo:

- (1) “O Banco Alimentar precisa do herói que há em si”
- (2) “O Banco Alimentar precisa de suas *super* qualidades”
- (3) “Já há muitos heróis a contribuir, mas queremos mais”
- (4) “Seja o nosso herói”

Se em (1) e (2) o *actante* B.A. é identificado pela presença do próprio sintagma nominal “o banco alimentar”; em (3) e (4), outros aspectos merecem ser destacados: em (3) a utilização da desinência número-pessoal de 1ª pessoa do plural do verbo “querer”, ou em (4) a presença do pronome adjetivo “nosso”. Na verdade, existe uma reconfiguração deste *actante* ao longo do documento. Em (3) e (4), o que é evidenciada é a importância dos papéis tanto do B.A., quanto do voluntário (retratado como “herói”). Em (3) existe uma

“espécie de simbiose” e de co-responsabilização dos dois actantes e, em (4), o próprio actante-voluntário assume um alto grau de importância, porque ele pode se tornar um verdadeiro herói. Ele realmente pode vir a ser um *ator no seu agir*. Esta *reconfiguração actancial* do próprio voluntário, neste texto, é demarcada textualmente por outros recursos linguísticos, como pelo sintagma nominal “herói” - em (3), (4), pelo pronome pessoal oblíquo “si” – em (1); pelo verbo “ser”, na 3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo, com valor de ato diretivo (interpelando o destinatário a realizar o ato verbal referido no enunciado) em (4), ou ainda, pelo qualificador com valor axiologicamente positivo “super” – em (2). Ressaltemos, ainda, o valor indexado ao verbo referido em (4), atribuindo ao enunciado um estatuto imperativo. Na verdade, trata-se de uma estratégia utilizada para engajar o interlocutor/voluntário em potencial no próprio ato de enunciação, instigando-o a participar da campanha de beneficência, a *agir*.

A presença da voz do voluntário, enquanto instância agentiva, em trechos no discurso interativo, nas unidades textuais⁶ referidas, confere a esta mesma voz um alto *grau de actancialidade*. Este indivíduo, interpelado por este anúncio, é representado por “alguém” com *capacidades, motivos e intenções* com todas as condições para agir e intervir socialmente.

Essas escolhas linguísticas presentes, em trechos em que o *discurso interativo* é predominante, são estrategicamente escolhidas para trazer uma maior aproximação entre o B.A. e o voluntário.

Por outro lado, a voz do B.A., também enquanto instância agentiva, apresenta um menor *grau de actancialidade*. Embora também esta voz surja em trechos do discurso interativo, a *sua força atorial* fica enfraquecida pela presença de alguns trechos no texto no *discurso teórico*. Na verdade, do ponto de vista dos *tipos de discurso*, a voz do Banco Alimentar é apresentada tanto em trechos de *discurso Teórico*, quanto do *discurso interativo*. Contudo, este último, quanto ocorre, é envolto por trechos de *discurso teórico* (evidenciado pela presença de marcadores discursivos com teor argumentativo e verbos no presente do indicativo, com valor durativo, por exemplo), conferindo ao texto em análise um teor racional e reflexivo, como vemos a seguir:

⁶ Unidade textual aqui corresponde a grupos nominais, enunciados, parágrafos que apresentam, no universo textual, certa unidade de sentido.

(5) *Porque* por mais simples que seja a sua contribuição, além de ser um ato heróico, ela *faz* toda a diferença.

4.2. Atividade social jurídica – *petição inicial*⁷

Todo indivíduo, ao se sentir lesado, tem o direito de agir, ou seja, invocar a tutela jurisdicional do Estado. Esse direito é exercitado a partir da formulação de uma *petição inicial*, que corresponde ao ato introdutório de um processo civil.

Essa *inicial* (ou *petição inicial* – doravante *PI*), que é redigida e assinada por um advogado, representante legal do indivíduo lesado, corresponde ao pedido a um juiz de uma providência processual adequada. Sem a *PI*, nenhum juiz dá início a um processo.

Tal peça processual é estruturada conforme o *Código de Processo Civil* português (doravante *CPC*), no seu art. 467º. A não observância aos aspectos detalhados no *CPC* poderá implicar um indeferimento do pedido.

A *PI* insere-se, assim, na prática social *jurídica*. Do ponto de vista das marcações agentivas, o papel dos participantes da interlocução é pré-definido e não sofre grandes alterações quando realmente se processa a produção textual.

A nosso ver, haveria uma única instância de produção. Esta será representada pelo advogado (normalmente escolhido dentre vários que compõem um escritório de advocacia) que é o *agente produtor* e também o responsável pela assinatura da *petição inicial*. Esse profissional transcreverá o pedido do seu cliente de forma a adequá-lo aos preceitos jurídicos e será o representante legal do autor da ação, durante todo o processo.

Lembremos que toda produção, como já mencionamos, implica uma *representação* do público a que se destina. No caso do gênero em questão, poderíamos imaginar a existência de dois pólos: o *público genérico* e o *leitor evocado*. Acreditamos que um advogado, ao redigir uma *petição inicial*, tenha em mente que está a escrevê-la para a *justiça* – que funciona como um *sobre-destinatário* ou um *público genérico*. Essa instância abstrata é representada por juristas para os quais esta peça é inteligível e compreensível. Com isso, o advogado faz uso de terminologias jurídicas específicas, leis e até citações

⁷ Por limitação espacial, selecionamos trechos que merecem destaque para os objetivos desta contribuição. A *petição inicial* em análise, por questões de sigilo de justiça, não foi aqui reproduzida.

(inclusive em latim). De onde advém, muitas vezes, a dificuldade, para a grande maioria das pessoas, de compreender uma PI inicial.

No caso específico desta inicial, o *leitor realmente evocado* – a quem o documento se dirige explicitamente – seria um juiz de direito, responsável legal pela leitura desta ação e que deferirá ou não o pedido. Esse juiz seria o representante legal desse *sobre-destinatário*, com legitimidade de interpretar a inicial. Contudo, esse leitor não é diretamente reconhecível na petição, uma vez que não é identificável. A PI é endereçada a um dos Juízos de uma determinada Comarca. A definição do juiz se dará quando da distribuição da PI no Tribunal responsável.

A partir desta descrição genérica da PI, passaremos a mostrar no documento em análise alguns aspectos linguísticos que possam vir a caracterizar, neste artigo, a *marcação agentiva* evidenciada tanto a partir do papel dos *tipos de discurso*, quanto das *modalidades linguísticas* encontradas.

Em relação à utilização dos tipos de discurso, podemos evidenciar o papel de alguns tempos verbais no exemplar do gênero em análise. Observaremos, primeiramente, o uso do pretérito perfeito do indicativo (doravante P.P.), que caracteriza o mundo da ordem do NARRAR e, em seguida, o do presente do indicativo (doravante P.), que diz respeito ao mundo do EXPOR.

No que diz respeito ao P.P., notamos que é grande a incidência desse tempo verbal no *desenvolvimento ou núcleo* do texto em análise (do 5º ao 16º artigo). A nosso ver, esse grande número pode ser explicado pelas coerções impostas pelo próprio CPC. Conforme mencionamos, uma das partes importantes da PI é a transcrição da *causa do pedir*. Percebemos, na prática, que esse bloco, correspondente ao relato dos fatos, é realizado principalmente no pretérito perfeito.

Como poder-se-ia estabelecer a correlação que poderia ser estabelecida entre o uso do P.P. e a construção do mundo do NARRAR?

Sabemos que as coordenadas organizadoras do conteúdo temático de determinado texto podem estar *disjuntas* às da ação de linguagem e, nesse caso, teríamos a presença de dois mundos discursivos: mundo do NARRAR implicado e o mundo do NARRAR autônomo – (BRONCKART, 1999). No primeiro caso, haveria a implicação de alguns parâmetros da

ação de linguagem em curso; no segundo caso, há uma espécie de desvinculação relativa às condições de produção.

No caso do P.P. utilizado no documento em análise, percebemos que todas as incidências desse tempo verbal representam o mundo do NARRAR implicado. Vejamos alguns exemplos que se seguem:

(6) "Há mais de um ano, o R. *deixou* de utilizar o andar como sua habitação regular, isto é, como centro da sua vida familiar, social e doméstica".

(7) "Com efeito, o R. *deixou* de aí pernoitar".

(8) "E, nunca mais *foi visto* no andar qualquer roupa estendida no respectivo estendal".

(9) "Igualmente, nunca mais o R. *foi visto* a depositar o lixo no respectivo contentor do prédio em questão".

(10) "*Deixou* de receber no andar em causa quaisquer visitas".

A partir dos exemplos acima elencados, observamos a reincidência da utilização do verbo "deixar", no P.P., enfatizando a mudança de comportamento do Réu em relação ao imóvel alugado. Anteriormente, ele utilizava o andar como sua residência habitual e não mais o faz, como pontuado em (6). Ou, ainda, não mais pernoita no imóvel, como demonstrado em (7). Tais argumentos factuais são relevantes para demonstrar que o Réu não habita mais no imóvel: um dos objetivos da PI.

Ainda, é relevante observar o alto índice de verbos no pretérito perfeito na voz passiva, como constatamos em (8) e (9). A estrutura sintática utilizada releva o papel do Réu (enquanto sujeito e ator). Por outro lado, o apagamento do agente da passiva nestes enunciados enfatiza o pouco grau de importância dado àqueles que constatam a não permanência do Réu no imóvel.

Pelo que constatamos, a PI em análise apresenta 11 incidências de verbos, no P.P. da voz ativa ou passiva que traduzem, no texto em questão, o NARRAR implicado. Todavia, qual seria o efeito provocado por esse *mundo discursivo* dentro desse gênero? Não se pode deixar de mencionar que a *clareza da causa do pedir* é fundamental e, para tal, há a necessidade do uso de algumas expressões temporais que marquem a origem dos acontecimentos. Dessa forma, o P.P. é relevante como uma das configurações linguísticas que semiotizam o *relato interativo*.

Quanto à utilização do P., no exemplar do gênero em análise, observamos 16 (dezesseis) incidências, representando o mundo do EXPOR neste gênero. Qual o valor que esse tempo verbal pode vir a assumir no exemplar do gênero em análise?

Claramente, pelo que apresentamos, o P. representa o EXPOR implicado e corresponde a uma das formas **linguísticas** que marcam o *discurso interativo*. Todavia, no gênero em análise, este P. poderia vir a apresentar duas funções distintas.

Na introdução e no **desenvolvimento** (parte da PI inicial não-numerada e arts. do 1º ao 16º), o P. é usado para *descrever* aspectos relativos às partes do processo, ao valor da renda mensal, aos fatos:

(6) "os A.A. são comproprietários do prédio urbano [...]" (art. 1º)

(7) "A renda mensal é actualmente [...]" (art. 3º).

No *fecho* do documento, a causa do pedir é sustentada legalmente. E neste trecho, o P. passa a estar mais diretamente contextualizado no âmbito jurídico. Em função disso, talvez, constatamos que o P. vem frequentemente acompanhado por outros recursos **linguísticos** como organizadores textuais (OTs) verbais. Por exemplo, os artigos 17º, 18º, 19º são todos introduzidos por **OTs**: "pelo acima exposto", "os factos supra referidos", "por isso", "**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DO DIREITO**", "para tanto". Todos esses recursos utilizados são representativos do EXPOR autônomo que é traduzido textualmente pelo *discurso teórico*. É com base nesta constatação que podemos supor que o P. no fecho, apesar de estar implicado no momento de produção ou de apresentação da PI ao Juízo Cível competente, possa vir a estar 'contaminado' por essas marcas de *discurso teórico*. Com isso, esse P., apesar de ser uma marca linguística de identificação do *discurso interativo*, neste gênero, pode assumir um caráter diferenciado, aproximando-se de um presente que traduziria uma espécie de verdade geral, ou presente atemporal. Nesse caso, o uso deste P. corroboraria para legitimar a força da instituição judicial.

Em relação às modalidades, observam-se, no caso da PI em análise, *modalidades epistêmicas e intersujeitos*. Vejamos os exemplos a seguir:

No art. 17º, temos:

(8) "Pelo acima exposto, conclui-se que o R. não reside com permanência e habitualidade no andar locado, pois os factos decorrentes de uma vida social e doméstica centrada no arrendamento não se verificam".

No exemplo escolhido, o Locutor assume inteiramente a não-validação da relação predicativa. Dessa forma, o enunciado tem o valor de uma *asserção estrita negativa*. No caso, o Locutor mostra todo o seu conhecimento no que tange à relação predicativa e, com isso, ressalta o seu grau de certeza e de autoridade sobre o que é afirmado, uma vez que esse Locutor institucional é o detentor do saber. Numa escala de valores assertivos, teríamos uma *asserção estrita negativa*, no pólo positivo.

Já no art. 18º, teríamos:

(9) “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO** Deve a presente acção ser julgada procedente por provada e o R. condenado no pedido, nas custas e procuradoria condigna”.

Nesse caso, podemos pensar na existência de uma convergência entre uma *modalidade subjetiva epistêmica* e uma *modalidade intersubjetiva*.

Em enunciados em que o verbo “dever”, com valor epistêmico, faz-se presente, por exemplo, o Locutor não tem condição de validar ou invalidar uma relação predicativa. Desse modo, ele faz uso de outros conhecimentos, que funcionam como indícios para poder construir um *valor modal quase-certo*, que se aproxima da asserção estrita. Com isso, a utilização do verbo “dever” atribui uma certa gradação a essa asserção.

Concomitantemente, no exemplo colocado, temos um caso de *modalidade intersubjetiva com valor deôntico*, inserido num enunciado na voz passiva. Existe, assim, uma espécie de atenuação da forma como o advogado interpela o Juiz. De certa forma, a modalidade, nesse gênero, legitima a hierarquização presente nessa prática social, em que o Juiz é o *magistrado*.

Assim, pelos exemplos expostos, observamos certa incidência de *modalidades epistêmicas* e *intersujeitos* na PI, o que pode vir a ser uma característica estilística do gênero em questão. Pensamos que a escolha dessas modalidades está diretamente relacionada ao *componente situacional* do gênero.

Essa peça jurídica tem um sobre-destinatário – a Justiça – a quem este texto se endereça e, por isso, o grau de certeza das afirmações deve ser controlado para não ser tão incisivo. É a Justiça, a partir de um de seus representantes, o juiz, que detém o poder de decidir se aquele documento, no caso a PI, deve ou não ser aceito. A *modalidade subjetiva epistêmica* parece, assim, ser adequada a esse tipo de documento.

Por outro lado, a finalidade da petição inicial é fazer com que o juiz acate um pedido legalmente sustentado, ou seja, o juiz deve ser levado a agir. Com isso, a *modalidade intersubjetiva* também parece ser de grande relevância.

A partir do exposto, observamos que, no documento em análise, o advogado (enquanto representante do Autor da ação) e a Justiça apresentam alto grau de actancialidade; ao contrário do Réu com baixo grau de actancialidade. O uso do presente do indicativo com valor atemporal no fecho do documento ou o emprego das modalidades subjetivas epistêmicas atestam a relevância actancial da Instituição e do representante legal do autor da ação (que assina o documento). Por outro lado, o emprego de trechos no relato interativo, com alta incidência de verbos no pretérito perfeito, em que o Réu apresenta-se como sujeito de enunciados na voz passiva atesta o fraco papel actancial desse agente.

A afirmação acima poderia causar estranheza se pensarmos na ausência da 'voz institucional' (apenas o termo de endereçamento no início do documento – "Juiz de Direito"), ou ainda, na presença da assinatura do advogado que atesta a autoria do documento. Contudo, há de ser ressaltado que, ao pensarmos no grau de actancialidade, levamos em conta não apenas as vozes explicitamente presentes no universo textual, mas também outras marcas linguísticas presentes e, ainda, questões sociais e genéricas que as legitimam. Dessa forma, podemos afirmar que neste gênero textual, fortemente institucionalizado, a quase ausência de marcas dos atores 'institucionais' não influencia o grau de actancialidade atestado, ao contrário, reforça-o.

5. Considerações finais

Neste artigo, em especial, evidenciou-se principalmente a construção das *marcações agentivas* em dois exemplares de gêneros textuais inseridos em *práticas sociais* distintas: na de beneficência e na jurídica e o grau de actancialidade a elas associado.

Na atividade de beneficência, em que a iniciativa de cooperação e partilha é evidenciada, ficou muito claro que a *reconfiguração actancial* privilegia prioritariamente o voluntário. Na verdade, é ele que deve ser o agente transformador do processo, tornando-se, como mostra a própria imagem, um super-herói. Tal constatação evidenciou-se tanto pela análise de aspectos verbais (formas verbais inseridas em tipos de discurso diversos) como não-verbais (imagem) – embora aqui não tenham sido exploradas.

Na prática jurídica, observou-se que a *marcação agentiva* é pouco evidenciada. Na verdade, trata-se de uma atividade social em que a objetividade e a formalidade devem ser ressaltadas (o texto é endereçado a um Juiz de Direito), o agente produtor (advogado) “atua” explicitamente de forma pouco evidenciada, embora saibamos que, implicitamente, ele é o responsável pela seleção dos fatos pertinentes à causa do pedir. O próprio uso do relato interativo pelo advogado, com o uso reiterado do sintagma nominal “O Réu” como sujeito de enunciados na voz passiva, evidencia esta questão. Na verdade, a marcação agentiva do advogado é explicitada com a sua assinatura, ao final do documento. O juiz, a quem a PI é endereçada, não é linguisticamente marcado no corpo do documento jurídico. Ratificamos que, embora essas marcações agentivas estejam praticamente ausentes neste exemplar de gênero textual, podemos constatar que existem aspectos genéricos e ainda linguísticos (modalidades epistêmicas; verbos no presente do indicativo com valor atemporal; organizadores textuais) que conferem a essas ‘vozes’ institucionais um alto grau de actancialidade.

Com este trabalho, procuramos salientar as diferentes descrições linguístico-textuais da *marcação agentiva* em exemplares de textos inseridos em práticas sociais/profissionais distintas e mostrar que mesmo a ausência da mesma pode vir a ser um indício de certo grau de actancialidade. Objetivamos, com isso, essencialmente, trazer algumas pistas relevantes para o ensino da produção de textos em contextos profissionais.

Vale salientar, contudo, que estes resultados foram obtidos em alguns exemplares de textos. Outros dados empíricos devem ser recolhidos e analisados de forma a atestar ou atualizar essas considerações preliminares.

Referências bibliográficas

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos, Por um interacionismo sócio-discursivo**. Trad. Anna Raquel Machado e Péricles Cunha. 2ª edição. São Paulo: EDUC, 1999. 353P

_____. *et al.* Agir et discours en situation de travail. **Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation**, n. 103, 2004.

_____. **O agir nos discursos – das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores.** Tradução de Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado das Letras, 2008a. 208P.

_____. Genre de textes, types de discours et “degrés” de langue. In **Texto!** Janvier, vol. XIII, nº 1, 2008b. Disponível em <<http://www.revue-texto.net/index.php?id=86>>. Acesso em 10 jul. 2014.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 6ª ed. Coordenação de Miguel Esperança Pina. Lisboa: DisLivro, 2004.

COUTINHO, M. A.; PINTO, R.; LEAL, A.; TEIXEIRA, C.; CALDES, A. La dynamicité de la langue dans des textes de différents genres. In: **Texto!**, 2009. Disponível em <http://www.revue-texto.net/index.php?id=2103> Acesso em 10 jul. 2014.

COUTINHO, M. A. Marcadores discursivos e tipos de discurso. In: VALENTIM, H.T. & MOREIRA, B. (orgs). **Estudos Linguísticos/Linguistic Studies** 2, p. 193-210, 2009.

FILLIETTAZ, L. **La parole en action. Eléments de pragmatique psycho-sociale.** Québec : Nota Bene, 2002.

_____. Les modèles du discours face au concept d’action. **Cahiers de linguistique française**, n. 26, p. 9-23, 2004.

GOUVEIA, C *et alii*. **Discourse communication and enterprise. Linguistic perspectives.** Lisboa: University of Lisbon Centre for English Studies, 2004.

ⁱ **Rosalice Botelho Wakim Souza PINTO**

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

Doutorado em Linguística e Pós-Doutorado em Ciências da Comunicação

rosapinto1@netcabo.pt

Recebido em 30 de junho de 2014

Aceito em 15 de setembro de 2014